

# As vias do crescimento, segundo o Ipea

Economia Brasil

**A**economia brasileira poderá crescer mais do que os 3,5% a 4% previstos para este e para o próximo ano, se o governo e o Congresso concluirão as reformas pendentes e começarem a trabalhar numa nova pauta de modernização. Esta mensagem é o comentário mais importante que acompanha as novas projeções, moderadamente otimistas, divulgadas na quinta-feira pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), vinculado ao Ministério do Planejamento.

Os técnicos do Ipea reviram de 3,4% para 3,5% a projeção de crescimento econômico deste ano. A estimativa poderia ser mais otimista, se o cenário externo fosse mais favorável. A grande alta dos preços do petróleo introduziu muita incerteza no quadro econômico internacional, antes de começar a ser revertida com a última decisão da Opep. O aumento de juros nos Estados Unidos também traz alguma insegurança, embora não se espere, por enquanto, mais que uma elevação gradual e moderada.

Sem esses fatores, seria possível projetar uma expansão para o Produto Interno Bruto (PIB) na faixa de 3,8% a 4%, segundo o diretor de Es-

tudos Macroeconômicos do Ipea, Paulo Levy.

Não há o que o Brasil possa fazer em relação a esses fatores, mas há uma importante agenda interna que permanece incompleta. A política de metas de inflação, o câmbio flutuante e a austeridade fiscal são compatíveis com um crescimento econômico de 4% ao ano, segundo a análise divulgada pelo Ipea. Mas é preciso buscar taxas mais altas de expansão.

Para isso, é preciso fazer crescer mais velozmente o produto potencial da economia, isto é, o limite dentro do qual a atividade econômica pode evoluir. Em outras palavras, é necessário alargar o campo de jogo.

A solução, explicam os técnicos, só pode ser dada por "um amplo conjunto de políticas para assegurar um horizonte de longo prazo às decisões de investimento".

Essa pauta é ampla e bem conhecida. Inclui a ampliação da reforma da Previdência, para garantir o equilíbrio fiscal de longo prazo, a continuação da reforma tributária, a reforma trabalhista, a definição dos marcos regulatórios para infra-estrutura e as mudanças nas leis de falências e no sistema de garantias de crédito.

Algumas dessas mudanças estão em exame no Con-

gresso Nacional. Outras, como a reforma trabalhista, dependem de projetos ainda nem formulados.

Há o risco, no entanto, de que as medidas em tramitação no Congresso não sejam todas aprovadas neste ano. Já se admite como altamente provável, por exemplo, que o projeto das Parcerias Público-Privadas (PPP) seja convertido em lei só em 2005. Isso pode resultar no atraso, ou até no abandono, de planos de investimento em obras de infra-estrutura.

Algumas dessas obras podem ser essenciais para eliminar gargalos e ampliar o potencial de crescimento. A indefinição a respeito das PPP e de outros dispositivos pode paralisar decisões de valor estratégico.

Nessas condições, é difícil imaginar que o investimento bruto possa ser muito maior. Segundo a nova projeção, o setor privado e o governo investirão neste ano o equivalente a 19,7% do PIB. Houve uma razoável melhora em relação à estimativa anterior, 18,5%, divulgada em março.

Esse novo cálculo envolve o reconhecimento de que, ape-

sar de todas as dificuldades, segmentos importantes do setor privado acreditam nas possibilidades do País e cuidam de se reequipar. O desempenho do setor de máquinas é um dado animador, porque o aumento da produção tem sido sustentado não só pela exportação crescente, mas também pelas vendas no mercado interno.

Mesmo sem a aprovação das reformas pendentes, o investimento ainda poderia crescer, se fosse dada maior atenção à construção civil, um setor

que pode criar muitos empregos e pouco utiliza insumos importados. Também nessa área, no entanto, os indicadores de desempenho têm melhorado.

Os técnicos do Ipea também elevaram a inflação prevista – para 6,5%, ainda perto da meta oficial de 5,5% – e os juros estimados para o fim do ano, para 15,5% e não mais 14,4%. Diante das novas incertezas, o Banco Central tende a permanecer, segundo avaliam, conservador. Será bom que se enganem nessa avaliação, já que ainda haverá espaço, provavelmente, para uma redução maior dos juros básicos.

JUN 2004 \*

O ESTADO DE SÃO PAULO